

Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI*

Nuno Mira Vaz

Assessor no Instituto da Defesa Nacional

Resumo

A luta contra as novas ameaças veio colocar as democracias liberais perante questões de difícil resolução, não só quanto à legitimidade do recurso à força, mas sobretudo quanto à legalidade do *modus operandi*.

Num contexto muito marcado pela natureza errática da ameaça terrorista, pelas novíssimas táticas “do fraco ao forte”, pela importância decisiva da guerra pela informação e pela hiper-sensibilidade das populações às baixas em combate, a resposta das democracias liberais tem de ser intimamente coordenada entre todas.

Em primeiro lugar, é preciso que o conceito de vitória militar integre um conteúdo mais político e construtivo do que o actual. Em seguida, uma vez que o inimigo pode pôr em prática modalidades de actuação que tornam parcialmente ineficaz o uso da força militar nos moldes tradicionais, há que conceber modalidades de acção baseadas na utilização caso a caso dessa força e pôr ao seu serviço um novo instrumento militar. Depois, visto que a eficácia militar passou a ser avaliada mais pelas percepções que se formam na opinião pública do que por aquilo que efectivamente ocorre no terreno, é preciso vencer a “guerra das imagens”. Finalmente, tem de se encontrar uma saída coerente para o impasse gerado pela aversão às baixas em combate, um sentimento que afectará negativamente a operacionalidade das forças militares, ao mesmo tempo que robustecerá a determinação dos inimigos.

Abstract

The fight against the new threats placed liberal democracies facing questions of difficult solution, not only in what concerns the legitimacy of the use of force but mainly about the legality of the modus operandi.

In a context much marked by the errant nature of the terrorist threat, by the very new tactics of “from weak to strong”, by the decisive importance of the war on information and by the hyper-sensitivity of the populations to combat casualties, the answer of liberal democracies has to be closely coordinated among all of them.

First, it is essential that the concept of military victory integrates a more political and constructive meaning than the present one, then since the enemy might use acting methods turning partially ineffective the use of military force in traditional ways means of action based on the use, case to case, of that force must be conceived and a new military instrument put at its service. Afterwards, since military efficiency started being more evaluated by public opinion perceptions than by what really goes on in the field, the “war of images” must be beaten. Finally, a coherent issue must be found to the impasse generated by combat casualties, a feeling that will affect negatively the operationality of military forces, at the same time strengthening the enemy’s determination.

* Uma versão reduzida deste artigo foi apresentada ao VII Congresso Nacional da AACDN e publicada, sob o título «Os novos campos de batalha», no Caderno n.º 19 da AACDN, pp. 169-173.

1. Os contornos da nova conflitualidade

A transição para o século XXI revelou um espectro de fenómenos que, não sendo guerra em sentido clássico, se caracterizam pelo recurso frequente à violência armada, por vezes desmedida e caótica. São as guerras civis de inspiração étnica e religiosa, os genocídios, os crimes contra a humanidade e, com particular acuidade, o terrorismo transnacional. Ainda que se não duvidasse da gravidade das ameaças implícitas nestes fenómenos, eles foram vistos, até há muito pouco tempo, como questões de segundo plano. É certo que pareciam apelar a um tipo de intervenção armada que excedia o patamar das Forças de Segurança, mas acreditava-se que requeriam sobretudo respostas com conotação policial e técnica e incidência sócio-económica.

Foram poucos os que se aperceberam desde logo da natureza globalizante da ameaça e da necessidade de a combater com todos os recursos disponíveis, incluindo as Forças Armadas. Só quando as *Twin Towers* foram derrubadas é que o mundo compreendeu que as diferentes ameaças cruzavam interesses e motivações e que o terrorismo transnacional não era – nunca fora – um simples caso de polícia. Embora as suas natureza e objectivos continuem a escapar parcialmente ao cidadão comum, ninguém já duvida de que a sua contenção implica o emprego de todos os recursos disponíveis, incluindo a força militar, em campos de batalha cujos contornos são, por enquanto, difíceis de traçar.

A história das mais recentes intervenções militares, quer sejam as de iniciativa das Nações Unidas, quer sejam as atribuíveis a coligações *ad hoc*, para poder ser feita com um mínimo de rigor, carece de maior distanciamento no tempo. Por enquanto, são as incertezas que prevalecem. Embora se tenha confirmado a superioridade esmagadora do armamento tecnologicamente evoluído na prossecução dos objectivos tradicionais das guerras, também se confirmou a descoberta de limites ao seu emprego, quando se trata de capturar os chefes inimigos ou de pôr termo aos desacatos dos “senhores da guerra”.

A percepção de que a euforia tecnológica não se concretiza sem riscos é mais visível em dois domínios: na crescente vulnerabilidade das sociedades liberais às acções terroristas e na gestão da informação de campo de batalha.

O mercado e a democracia são traços essenciais da afirmação das sociedades livres, enquanto factores indispensáveis ao correcto funcionamento dos transportes, da energia, do ensino e da saúde, entre outros sistemas de suporte da vida colectiva. Estes sistemas, à medida que se tornam mais complexos e eficientes por via da inovação tecnológica, também ficam mais vulneráveis perante intenções criminosas. Por duas razões: por um lado, a possibilidade de fabricar instrumentos de destruição maciça mais pequenos

e mais baratos torna-os acessíveis a grupos marginais; por outro, as novas tecnologias de informação disponibilizam formas inéditas de comunicação e organização, as quais facultam aos agrupamentos terroristas de dimensão local ou nacional a possibilidade de assumirem dimensão global. Veja-se o caso da Al-Qaeda, que conta com dezenas de milhares de membros organizados em pequenas células espalhadas por mais de 60 países¹. As consequências, para o quotidiano das sociedades demoliberais, podem ser muito penalizantes, uma vez que o endurecimento das medidas de vigilância terá repercussões negativas na livre circulação de pessoas e bens e no exercício pleno dos direitos cívicos.

A gestão da informação, por seu turno, coloca problemas muito curiosos. Quando o comandante militar começar a receber, em tempo real, o cenário completo do campo de batalha, torna-se dependente do quadro digital fornecido pelos computadores. Essa dependência está armadilhada, à mercê dum perigo que pode concretizar-se por três vias: por acção dum meio electrónico hostil introduzido no sistema de forma deliberada para produzir imagens desvirtuadoras da realidade; através dum caudal de informações tão desmesurado, que o responsável pela decisão não consiga assimilá-lo na íntegra; ou em consequência de calamidade natural, como a tempestade de areia que se abateu durante dois dias sobre os campos de batalha da II Guerra do Golfo e que impediu, ou no mínimo dificultou em elevado grau, a acção dos meios aéreos e toda a coordenação aeroterrestre.

O impacto das tecnologias pode também sentir-se nos mais baixos escalões. Imagine-se o soldado de infantaria confrontado com uma realidade virtual que contradiz aquela que os seus olhos vêem e pense-se na perturbação que se pode estabelecer no seio dum pelotão de atiradores se vários dos seus membros forem afectados, em simultâneo, por idêntica discrepância. Com efeito, a tecnologia pode introduzir no campo de batalha motivos de atrição inesperados, sendo absolutamente necessário compreender que a vitória nem sempre pertencerá a quem disponha dos equipamentos mais sofisticados.

Durante muitos anos, ninguém se preocupou em aquilatar da legitimidade dos meios e dos processos utilizados no campo de batalha². Os teóricos do interesse nacional e da utilização da violência armada legítima, apoiados nas teorias explanatórias do realismo político, formularam mesmo alguns postulados, como a “lei da ascensão aos extremos”,

1 NYE, jr., Joseph S., «A North American Perspective», in NYE, jr., Joseph S., SATOH, Yukio e WILKINSON, Paul, *Addressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, May 2003, pp. 5-6.

2 Só na segunda metade do século XIX começou a ganhar consistência um pensamento ético acerca da guerra, com a assinatura, em 1864, da primeira Convenção de Genebra, que recomendava a protecção dos feridos e doentes no campo de batalha, a que se seguiu, em 1868, a Convenção de S. Petersburgo proibindo o uso

onde Clausewitz explicava por que razão não podiam existir restrições à utilização da violência armada. Enquanto o objectivo de ambas as partes foi a obtenção da vitória, tão rápida e definitiva quanto possível, essas restrições não faziam sentido. Só a partir do momento em que as forças militares das democracias liberais foram solicitadas a intervir em conflitos onde o objectivo não é o combate vitorioso, mas sim a restauração da paz com o mínimo de brutalidade, é que a matéria foi reequacionada. Se agora a missão é de pacificação, ninguém precisa de ser morto. E, portanto, aquilo que parece indicado é o recurso a armamentos não letais³.

Neste quadro, já de si complexo, a luta contra ameaças que desafiam frontalmente a soberania dos Estados e a própria estrutura do sistema internacional, veio recolocar questões que se presumiam resolvidas, não só quanto à legitimidade do recurso à força, mas sobretudo quanto à legalidade do *modus operandi*. O terrorismo é um instrumento tão velho como a Humanidade, que se concretiza no recurso à violência extrema, com a intenção deliberada de provocar terror nos alvos. As causas podem ser religiosas, étnicas ou sociais, mas os objectivos são sempre políticos. E, enquadrando todas as acções, emerge uma aspiração permanente à legitimidade: acima de tudo, o recurso à violência tem que ter uma causa justa. Ora, de acordo com os padrões democráticos, a morte indiscriminada, quando não mesmo deliberada, de inocentes, que o terrorismo põe em prática, afronta com contumácia o quadro moral da “guerra justa”. Se assim é, se se trata de combater ameaças que se auto-excluem dos padrões da “guerra civilizada”⁴, devem ou não os Estados e as suas Forças Armadas respeitar o *jus in bello*?

de certos tipos de mísseis e, mais recentemente, as Convenções de Haia relativas às *Leis e Costumes da Guerra Terrestre*, de 1864 e de 1907, conhecidas como Conferências para a Paz e o Desarmamento, às quais foi acrescentado, em 1925, o Protocolo de Genebra sobre a utilização dos gases na guerra. A Resolução 1193 de 28 de Agosto de 1998 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada por unanimidade, é particularmente esclarecedora dos sentimentos da comunidade internacional a respeito da questão, ao reafirmar que “todas as partes em conflito são obrigadas a cumprir as obrigações estipuladas pelo quadro humanitário internacional, em especial as Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, e que as pessoas que cometerem ou ordenarem o cometimento de infracções graves às referidas Convenções serão individualmente responsabilizadas pelas referidas infracções”. (in ROBERTS, Adam, «Counter-terrorism, Armed Force and the Laws of War», *Survival*, vol. 44, n.º 1, Spring 2002, pp. 7-32).

- 3 Armamentos concebidos e utilizados com a finalidade de incapacitar pessoal ou material, por forma a minimizar as baixas e os prejuízos indesejados à propriedade e ao ambiente. (ver LEECH, John, *Asymmetries of Conflict - War Without Death*, London e Portland, Frank Cass, 2002, p. 172).
- 4 Embora exista um enorme acervo de disposições sobre o assunto, os princípios básicos são simples: “os feridos os doentes, os prisioneiros de guerra e os civis devem ser protegidos; os ataques a alvos militares devem reduzir ao mínimo os danos provocados a pessoas e bens; o pessoal das organizações humanitárias e de manutenção da paz deve ser respeitado; é proibido o uso de armamentos especialmente destruidores”. (ROBERTS, Adam, «Counter-terrorism, Armed Force and the Laws of War», London, *Survival*, vol. 44, n.º 1, Spring 2002, p. 8).

A resposta só pode ser positiva. Ao respeitar as normas básicas do ordenamento internacional, o Estado reforça a probabilidade de suporte por parte da opinião pública, tanto a interna como a internacional. Se, pelo contrário, adoptasse, contra os agentes dessas ameaças, procedimentos moral e legalmente condenáveis, alienava parte importante do apoio popular e concedia *ipso facto*, ao adversário, argumentos para as suas actividades – recorde-se que um dos objectivos que o terrorismo busca desesperadamente é a legitimização da violência. O que se deve esperar dum Estado responsável é que lhe negue tal desiderato, através dum comportamento que estabeleça uma clara linha separadora entre as suas acções e aquelas que os terroristas levam a cabo. Mas este tipo de procedimento não deve alimentar qualquer ilusão ou mal entendido. Como avisa Nuno Rogeiro, “é tão errado pensar que o terrorismo morre com o perpetrador, como responder a um ataque terrorista com acções inspiradas pelo Manual de Teoria Sociológica”⁵.

Não ultrapassar os exigentes limites da “guerra justa” pode revelar-se particularmente difícil em certas circunstâncias. Quando, como aconteceu na Guerra do Afeganistão, um número considerável de combatentes locais é mobilizado contra os talibans e os grupos da Al-Qaeda, é preciso ter consciência de que se está a utilizar elementos tradicionalmente às ordens dos senhores da guerra, numa relação onde não existem estruturas claras de autoridade e onde, portanto, os padrões da disciplina são muito diferentes dos que prevalecem nas unidades militares clássicas. Nestas condições, os comandantes das forças militares envolvidas têm que dedicar uma atenção muito especial a questões como os eventuais maus tratos ou a liquidação sumária de prisioneiros, a manutenção da ordem nas povoações “libertadas”, a prestação de auxílio humanitário às populações e a prevenção dos saques e das vinganças pessoais.

Se as ameaças são novas, se o combatente utiliza tecnologias inéditas, se a finalidade das acções militares é a preservação da paz e da segurança no mundo, como será o campo de batalha em meados do século XXI? Será evasivo e errático, e pontuado de conflitos assimétricos, como pensam alguns especialistas? Será do tamanho do mundo, por ser a única forma de dar combate ao terrorismo transnacional? Ou encaminhar-se-á para configurações atípicas, onde as tecnologias de ponta se confrontarão com arcos e flechas? Será sobretudo habitado por drones e por armas inteligentes? E ver-se-á a cara dos combatentes ou eles estarão emboscados por trás de sofisticados equipamentos de controlo remoto?

5 In “Je suis partout – The global violence network present *NIT* (new international terrorism) panorama: some notes for future research”, Lisboa, Instituto Internacional de Macau, *OrienteOccidente*, n.º 10, Janeiro/Abril de 2003, p. 10.

Há poucas certezas. Sabe-se que alguns dos campos de batalha da actualidade só ocasionalmente se parecem com os cenários clássicos onde se defrontavam Forças Armadas dos países ou coligações. Hoje, os conflitos tanto podem envolver forças militares legalizadas como empresas militares privadas, grupos armados ligados ao negócio dos estupefacientes ou dos armamentos, milícias de convicções duvidosas que reivindicam afiliação religiosa ou étnica, ou mesmo agentes do terrorismo transnacional. As técnicas utilizadas ultrapassam em muito a imaginação e a crueza “tradicionais”. Como pôde já observar-se na II Guerra do Golfo, a parte militarmente mais fraca não só estimula a acção dos mártires-suicidas, como não hesita em recorrer a expedientes que os “guerreiros” consideram desonrosos, como sejam a simulação de rendições ou a utilização de indumentárias civis. A violência pode atingir extremos dificilmente imagináveis se os Estados párias, por si ou através da actuação de organizações extremistas com ligações ao terrorismo transnacional, decidirem atacar o coração do mundo euroatlântico com armas de destruição maciça – uma hipótese que, segundo alguns especialistas, possui elevado potencial de concretização.

Até aos anos finais do século XX, a evolução das características do campo de batalha fez-se de uma forma que pode considerar-se progressiva. Em Ulm, em 1805, era um quadrado com 150 milhas de lado; durante a Batalha de França, em 1940, era um quadrilátero com 550 x 650 milhas; na Guerra do Golfo, em 1991, alcançou as 1.000 x 1.000 milhas, registando-se já referências a uma quarta dimensão – a aeroespacial – com a qual se criariam as condições para a concretização dum campo de batalha cúbico com 200 milhas de aresta. Embora neste processo sejam visíveis alguns ajustamentos de perfil, a verdade é que não se alterou de forma significativa a natureza do campo de batalha.

Na transição do milénio, a velocidade da mudança acelerou. Os avanços nas capacidades de recolha e tratamento das informações e o aumento espectacular da eficácia dos armamentos inteligentes⁶ tornaram verosímeis cenários onde tanto as viaturas como os aviões serão substituídos por uma nova geração de veículos tripulados por *robots* e onde os armamentos utilizarão feixes de energia dirigida, sendo tudo isto ligado por sensores inteligentes e por sistemas de informações totalmente revolucionários. O combatente de

6 Em 1943, para se assegurar 90% de probabilidades de destruição de qualquer alvo, era preciso fazer sair 1.500 bombardeiros B-17, para largarem 9.000 bombas, com um erro circular provável de 1.000 metros; em 1970, o mesmo desiderato exigia 88 saídas de F-4 e o lançamento de 176 bombas, com um erro circular provável de 120 metros; em 1991, a um único caça furtivo F-117 basta lançar 1 ou 2 bombas, com um erro circular provável de 3 metros. (TERTRAIS, Bruno, «Faut-il Croire à la 'Révolution dans les Affaires Militaires'», Paris, *Politique Etrangère*, n.º 3, Automne 1998, p. 617.

infantaria está no centro duma das transformações mais drásticas da sua existência. Quando o conceito *Future Combat Systems* estiver operacional e quando as Divisões típicas da Guerra Fria se reciclarem em Unidades de alta tecnologia, moduláveis em “Forças por Objectivo”, o soldado levará para combate um sofisticado conjunto de equipamentos: computador com acesso permanente a informações – gráficas e sob a forma de texto – inscritas num ecrã integrado no aparelho de visão, o que lhe permite determinar em permanência a sua posição e a dos seus camaradas e fornecer em tempo real, aos órgãos de apoio de combate, as coordenadas das posições inimigas; arma individual que pode disparar sem interferência humana directa; capacete em material ultra-ligeiro, dotado dum sistema de suspensão que assegura a estabilidade dos instrumentos ópticos a ele agregados; e laser multi-funções que, entre outras capacidades, emite uma espécie de bilhete de identidade luminoso para as forças amigas⁷.

E no entanto, apesar do potencial inovador das novas tecnologias, da intermediação dos *media*, da crescente afirmação do Direito internacional e das alterações introduzidas nas doutrinas de emprego e nos conceitos tácticos, a verdade é que, até ao final do século XX, pouco se alterou a natureza essencial do campo de batalha. Cenários como o de Mogadíscio, onde actuaram grupos armados sem comando nem controlo e onde a violência se aproximou da pura barbárie, constituem, afinal, representações de figurinos já conhecidos, típicos das guerras de guerrilha e dos combates de rua. E também não foi o terrorismo, na sua figuração “clássica”, que alterou este estado de coisas. Só quando ele se afirmou como actor transnacional de vocação planetária é que a configuração do campo de batalha ganhou contornos inéditos e em muitos aspectos desconcertantes, tais como o facto de o inimigo poder estar em todo o lado, mudar com frequência de forma, reagrupar longe das nossas vistas e não cessar de reciclar os alvos e as modalidades de financiamento e de acção. Hoje ninguém arrisca uma definição para um campo de batalha capaz de acolher este inimigo radicalmente novo, muito diferente de todos os terrorismos conhecidos até à

7 “No decurso da I Guerra do Golfo, os comandantes das unidades recebiam relatórios de situação via rádio e marcavam as respectivas posições com lápis stencil nos mapas. Agora, as movimentações das tropas são mostradas em ecrãs digitais – as forças amigas a azul, as inimigas a vermelho. Na 4.^a D.I., a mais avançada das Divisões americanas, o sistema sem fios da Internet, conhecido como *Force XXI Battle Command, Brigade and Below*, está instalado em praticamente todos os veículos”. E (...) “durante a I Guerra do Golfo, podiam decorrer três dias entre a identificação e o bombardeamento de um alvo, porque as ordens tinham que ser encaminhadas para os porta-aviões. Hoje, essas interações são processadas via satélites de alta velocidade e relais rádio. Um exemplo notável: em Abril de 2003, decorreram apenas 45 minutos entre a informação de que Saddam Hussein estava em reunião com comandantes militares de topo e o momento em que um bombardeiro B-1B lançou 4 bombas de 2.000 libras guiadas por satélite sobre o restaurante referenciado”. (In BOOT, Max, «The New American Way of War», *Foreign Affairs*, July/August 2003, vol. 82, n.º 4, p. 52).

data porque, não tendo território ou populações para defender, as suas preocupações são de natureza exclusivamente destrutiva – circunstâncias que o colocam objectivamente numa posição que não é passível de negociações.

2. Os constrangimentos que afectam o combatente

É nestes cenários que terá de se avaliar a utilidade das forças militares, sem esquecer que elas não podem perder a aptidão para levar a cabo missões de guerra convencional. O desempenho em combate depende, no fundamental, das circunstâncias concretas do campo de batalha e dum conjunto de factores de natureza táctica e técnica que incluem preocupações morais e de legalidade. Alguns destes factores são referências de todos os tempos, têm influenciado comportamentos nos cenários mais diversificados e não precisam de apresentação. Outros, mais recentes – como sejam a emergência dum quadro legal imperativo ou a “incrustação” dos jornalistas em unidades de primeira linha – vieram criar constrangimentos que ainda só foram escassamente teorizados. Mas já se percebeu que eles não estão relacionados apenas com os aspectos técnicos ou tácticos dos empenhamentos, mas também com as sociedades e os seus valores. O quadro formado por essa “intromissão” do social na lógica brutal dos conflitos armados revela-se por um lado inédito e por outro potencialmente perigoso, uma vez que são utilizadas referências para a actuação das forças militares que nem sempre são compatíveis com os objectivos da missão ou com a resolução oportuna dos conflitos.

O comportamento do combatente inscreve-se num *continuum* que tem numa ponta a luta pertinaz e na outra o abandono, dependendo do resultado duma complexa interacção entre a *motivação* e o *contexto*. Na esmagadora maioria dos casos, o soldado cumprirá as suas tarefas dentro dos limites duma estreita faixa de opções e, embora se mostre sensível ao cumprimento da missão, deixar-se-á guiar por um objectivo pessoal muito pragmático: a sobrevivência. Mais poderosa do que qualquer outra pulsão, esta vontade de sobreviver envolve todos os componentes dos pequenos grupos ou subunidades. Aquilo a que se chama a camaradagem em combate é isto mesmo: um sobressalto pragmático dos requisitos da sobrevivência em comum e não uma capacidade mística para sobrepor o interesse colectivo ao individual.

Embora haja outros factores importantes, aquilo que realmente determina o padrão dos comportamentos é o balanço, permanentemente reavaliado, entre a vontade de sobrevivência e o cumprimento da missão. Por um lado, sabe-se que a sociedade e o grupo

exercem, sobre cada indivíduo, um escrutínio que leva muitos soldados a correr riscos, a despeito da relutância que sentem ao fazê-lo, pois tanto a sua auto-estima como a aceitação do grupo exigem que eles os corram. Por outro, é preciso ter presente que o receio das sanções sociais, podendo contribuir para que o soldado não abandone a frente de combate, não garante a sua participação activa na luta. A vontade de combater é um fenómeno heterodoxo, muito dependente de circunstâncias fortuitas que em qualquer momento podem encorajar o reexame, por cada protagonista, do equilíbrio entre motivações e riscos.

A generalidade dos estudos revela que a maior parte dos soldados enviados para o campo de batalha decidiu lutar simplesmente porque foi chamada a fazê-lo, numa linha de fogo onde não dispunha de alternativas credíveis e onde as penalizações – pessoais, sociais e disciplinares – para os que recusassem o combate eram desproporcionadamente grandes em relação ao risco que corriam se combatessem. O que prevalece é o sentimento de aguentar, lutando quando necessário e permanecendo nas linhas da frente sem exagerar na agressividade, sendo muito poucos os soldados decididos a lutar de forma exemplar. A disciplina, o espírito de corpo, a qualidade do comando e a dimensão das recompensas materiais, são outros factores a ter em conta.

Igualmente determinante pode ser a ocorrência de baixas em combate, com maior intensidade nas pequenas subunidades, onde cada um investe mais fortemente na sobrevivência dos camaradas. Quando estes desaparecem, o medo dos sobreviventes aumenta. Com ele aumenta também o perigo de se degradarem as relações entre o chefe e os subordinados, sobretudo se as baixas são consideradas evitáveis. Se somarmos a esta constatação o forte sentimento de rejeição que as sociedades modernas manifestam relativamente às baixas em combate, não deve estranhar-se que muitos comandantes das pequenas unidades em guerras recentes tenham optado por “adequar” o cumprimento do dever ao desejo de proteger os subordinados de exigências consideradas “excessivas” por parte dos comandos superiores. A preocupação com as baixas em combate teve uma presença muito forte nas primeiras operações de apoio à paz, quando os responsáveis políticos dos países participantes, determinados a obter a cumplicidade, ou no mínimo a aquiescência, da opinião pública, impuseram aos efectivos militares regras de empenhamento muito rigorosas, que só previam o recurso a acções de combate em circunstâncias estritas de auto-defesa. As partes em conflito não tardaram a perceber que, naquele contexto, valia quase tudo, desde tomar como reféns os soldados da paz até arrancar da sua protecção, para os massacrar, milhares de civis inocentes. E foi a constatação de que tinham ocorrido situações mais complicadas do que aquelas que era suposto evitar-se que levou à reconfiguração das forças, até aí

empenhadas com estatuto policial, em autênticas forças militares com capacidade para combater.

Num contexto em que o conceito de “guerra justa” é frequentemente confrontado com a necessidade de cumprir ordens, o combatente tem de poder avaliar a melhor maneira de conciliar as referências morais com os requisitos da missão. A diligência não é despendida, pois quando a guerra é considerada “justa” pela comunidade nacional, a opinião pública tende a deslocar-se no sentido do reconhecimento do alto valor dos “seus” militares e respectivas missões; quando, pelo contrário, se não reconhece essa legitimidade, a reacção da sociedade é de desconfiança e afastamento.

A comunicação social desempenha um papel determinante na construção da imagem das Forças Armadas. No decurso da I Guerra do Golfo, em 1991, “a CNN não foi simplesmente uma observadora da guerra, mas um actor, procurando influenciar no curso dos acontecimentos. Sem se mostrar abertamente uma aliada dos militares, ela largamente reproduziu a visão militar do conflito e tentou influenciar a opinião pública em favor da coalisão”⁸. Quando produziu esta opinião, no início de 2002, Sérgio Aguillar estava longe de imaginar a que ponto a II Guerra do Golfo viria a corroborar alguns dos seus pontos de vista. Incrustados nas Unidades que acometiam as linhas iraquianas, alguns jornalistas foram protagonistas das operações militares a um ponto jamais imaginado. Pressionados pela máquina mediática para darem imagens contundentes dos combates, muitos deles vieram a perder a vida nas circunstâncias mais inacreditáveis: atingidos por bombistas-suicidas, alvejados por carros de combate nos seus quartos de hotel ou vítimas de multidões em fúria. Combatentes sem armas, pagaram caro o seu afã de quererem ser os melhores.

A grande batalha – paralela à militar – pela conquista das opiniões públicas, proporcionou momentos inesquecíveis. Primeiro, aquando da intervenção da NATO no Kosovo: enquanto a comunicação social ocidental passava imagens de refugiados fugindo da tirania sérvia, a televisão sérvia exibia cenas de civis mortos e feridos em consequência dos bombardeamentos aéreos pelos aviões da Aliança. Receando que, neste duelo de imagens, se desvanecesse o apoio popular à intervenção, a NATO decidiu silenciar a televisão estatal sérvia em Belgrado através do recurso conjugado ao bombardeamento aéreo e à acção de duas aeronaves-estúdio, que não só interferiam na programação da referida estação como difundiam informação favorável à NATO na língua local. No decurso da II Guerra do

8 AGUILLAR, Sergio Luiz Cruz, «Comunicação social, propaganda, mídia e opinião pública no combate moderno», Rio de Janeiro, *A Defesa Nacional*, N.º 792 / 1.º Quad. de 2002, pp. 108 e 111.

Golfo, quando se colocou um problema semelhante, houve um momento em que a coligação anglo-americana pareceu hesitar em aplicar idêntico tratamento à televisão iraquiana. Acabou por fazê-lo, quando se apercebeu das dificuldades que aquelas emissões colocavam à obtenção dos seus objectivos.

A forma como os *media* – e muito especialmente a televisão – apresentam o campo de batalha e ilustram os comportamentos dos diversos intervenientes, é absolutamente decisiva para o entendimento que o cidadão comum faz dos cenários de conflito. Esse processo de intermediação não é descomprometido, seja em relação a louváveis interesses estratégicos ou, o que é mais frequente, em relação a interesses económicos ou políticos de aferição conjuntural. Em consequência, a imagem fornecida à opinião pública raramente tem correspondência com a realidade nua. Ainda que não seja esse o seu desiderato, a verdade é que algumas imagens televisivas ajudam a criar uma sensação de campo de batalha asséptico, rasgado pelos mísseis de cruzeiro e pelos aviões furtivos, que nunca se misturam com a carne e o sangue dos humanos. Sentimento que desaparece sempre que as câmaras se aproximam do terreno e nos apercebemos de uma outra guerra, feita de sofrimento e de morte, num processo que reproduz desde tempos imemoriais os mesmos elementos e que exige dos combatentes as mesmas virtudes nucleares: desembaraço físico, coragem e determinação. A constatação de que ao espectador são oferecidas, na maior parte das vezes, imagens duma imagem, deve ser entendida como um sinal de alerta para as consequências que lhe estão implícitas, pois quando o conflito se prolonga e as baixas se acumulam, o apoio popular tende a degradar-se. A prazo, esta degradação virá a reflectir-se negativamente nas condições de emprego da força militar e na conduta dos militares em campanha. Na expressão lapidar de Loureiro dos Santos, “o actual ambiente mediático contraiu o tempo estratégico e, por vezes, não há condições para que as operações militares alcancem os efeitos pretendidos”⁹.

Por outro lado, é preciso compreender que as Forças Armadas, que se crêem depositárias de elevados valores morais e que consideram o heroísmo como virtude indissociável do militar operacional, não se acomodarão com facilidade a formas novas de fazer a guerra nas quais o herói perde o estatuto de personagem principal. Não se trata, apenas, de ver a uma nova luz o soldado de infantaria, que aborda as trincheiras inimigas num transporte semi-blindado, em vez de carregar a céu aberto, como no passado. A Marinha e a Força Aérea também terão de aceitar que o combate corpo-a-corpo entre navios ou aviões passou à História e que a missão principal de ambas, hoje, consiste em apoiar as

9 in «Democracia, media e guerra», Lisboa, *Visão* de 27.11.03, pp. 72-73.

operações terrestres. Por razões que facilmente se compreendem, não pode esperar-se que esta conversão se concretize sem resistências.

O processo de dessacralização do herói assenta na convicção de que o vector tecnológico introduziu no campo de batalha um diferencial inultrapassável, que remete as forças militares tecnologicamente mais bem apetrechadas para a situação de vencedoras por antecipação. São os técnicos – de radares, de computadores, de satélites – quem marca o destino dos combates. O herói, de paradigma, passará a estigma, enquanto o militar gestor é promovido à categoria de arquétipo. E a devoção à missão, durante tanto tempo o sustentáculo da diferenciação militar, será remetida para um lugar de segundo plano no catálogo das referências. Essa propensão é já visível no comportamento duma parte dos actuais chefes militares, tão cautelosos como os civis – por vezes mesmo mais – no que respeita ao empenhamento operacional das forças militares, podendo afirmar-se que, com frequência, são eles quem cultiva a prudência diplomática e resiste ao uso da força, mesmo nas situações em que os chefes civis advogam o recurso ao combate¹⁰. Assim sendo, parece oportuno recordar que a centralidade do herói, embora possa ser vista como um padrão “desviacionista” em relação ao todo social, se tem revelado indispensável à preservação duma cultura própria e à manutenção de elevados padrões de comportamento em combate. Se este vínculo se desvanecer, um dia virá em que os militares desistirão de reivindicar a proximidade da morte como traço distintivo do seu mister. Então se verá o que todos – comunidade nacional e Forças Armadas – perderam nesse lance.

Por último, tem que se reflectir sobre as dificuldades de relacionamento, recorrentes, entre jornalistas e militares em operações. Durante muitas décadas, o cerne desta questão resumia-se a um litígio de prioridades entre o direito cívico de informar e ser informado e a necessidade de sigilo que deve caracterizar tanto a concepção como a execução das missões militares, já que importa não só assegurar a protecção de certos segredos, como manter a possibilidade de induzir o inimigo em erro – certos planos de operações implicam mesmo o lançamento de acções de decepção à nossa própria comunicação social.

Hoje, o conflito de interesses parece ter evoluído para formas mais elaboradas e complexas. Por um lado, a população assiste, ao vivo, aos combates: vê a cor dos intes-

10 Sucessivos estudos de opinião nos EUA têm confirmado que a aversão às baixas por parte dos responsáveis políticos e, curiosamente, também dos chefes militares, é superior à do cidadão comum. Neste, a aversão às baixas em combate é ocasional, dependendo de circunstâncias como a convicção de estarem, ou não, em jogo, interesses nacionais estratégicos ou, num outro plano, da rapidez com que se resolve o conflito.

tinis ensanguentados, por pouco não aspira o cheiro acre da pólvora. A repulsa, o pânico, a raiva ou o desencanto, podem ser superiores aos do próprio combatente, demasiado ocupado, na altura, em assegurar a sobrevivência física. Em certo sentido, pode dizer-se que o cidadão se transforma de assistente em participante. Não corre perigos imediatos, mas é assaltado pela mesma gama de sentimentos que atinge o soldado no local. Este, em contrapartida, toma consciência de que pode, em qualquer momento, ser alvo do escrutínio directo dos concidadãos. E esse é mais um constrangimento – e que constrangimento – à sua acção no campo de batalha.

3. Algumas conclusões provisórias

No início do século XXI, as transformações operadas no campo de batalha e a alteração dos valores nucleares das sociedades demoliberais estão a afectar de forma sensível o emprego das Forças Armadas em acções de combate ou com ele relacionadas. Alguns desses constrangimentos foram já detectados, sob figuras diversas, em anteriores épocas históricas, pelos especialistas de segurança e defesa. Mas há, entre a actual conjuntura e outras semelhantes do passado, uma clara linha de demarcação que envolve pelo menos quatro factores: a natureza errática da ameaça terrorista, as novíssimas tácticas “do fraco ao forte”, a importância decisiva da guerra pela informação e a hiper-sensibilidade das populações às baixas em combate.

Neste quadro complexo, o combate contra as novas ameaças, para poder ser bem sucedido, vai exigir uma coordenação rigorosa, permanente e muito atenta, de todas as actividades, com especial ênfase para os serviços de informação de todos os países envolvidos, uma vez que as capacidades e o engenho já provados do terrorismo transnacional não deixam margem para qualquer descuido. A luta contra ele exige que os países visados se entendam, a despeito das diferentes percepções que possam ter quanto à natureza da ameaça. Compreende-se que um país com fortes percentagens de imigração islâmica não queira afrontar essas minorias ou exacerbar nelas sentimentos de humilhação, mas não pode aceitar-se que tente “sair da linha de fogo” através da reorientação da hostilidade que se declare no plano doméstico para alvos mais atractivos noutros países. A ameaça afecta irremediavelmente todos os países, ainda que em graus diversos. E os próprios cidadãos terão de se preparar para o sacrifício, mais ou menos acentuado conforme as circunstâncias, das liberdades individuais.

As democracias liberais estão obrigadas a arquitectar respostas multisectoriais, que envolvam todos os domínios relacionados, de perto ou de longe, com os novos campos de batalha. Para começar, tem que se substituir o conceito de vitória militar por uma noção de sucesso com um conteúdo mais político e construtivo. Veja-se o que se passa no Iraque. A despeito de todas as proclamações de vitória militar por parte da coligação americano-britânica, a segurança não se consolida, começando a recear-se que esteja comprometido o reforço da paz e da segurança internacionais, (um dos) objectivos anunciados do ataque ao regime de Saddam Hussein. Como avisadamente recorda Anthony Cordsman, “se esta situação não se alterar rápida e radicalmente, os EUA e os seus aliados podem ver-se envolvidos numa III Guerra do Golfo contra o povo do Iraque – uma guerra predominantemente política, económica, étnica e sectária, e de desfecho muito incerto. A lição que convém reter para o futuro é a de que as componentes psicológica e política são tanto ou mais importantes do que a dimensão táctica da guerra”¹¹.

A forma como decorreram os conflitos armados no Golfo, no Afeganistão e noutros locais onde o terrorismo transnacional se assumiu como protagonista de referência, pôs a nu a inconsistência do uso exclusivo da força militar nesse tipo de conflitos. Essa convicção vem-se reforçando dia a dia, à medida que os grupos terroristas recorrem a estruturas organizativas mais flexíveis e a tecnologias de informação mais sofisticadas. Com isso, tornam-se mais evasivos. E o “desvanecimento” da estrutura operacional do terrorismo não só dificulta a designação de objectivos militares compensadores como vem acentuar o diferencial aparente das forças em confronto, podendo acontecer que uma eventual vitória militar, em vez de derrotar a causa do terrorismo, concorra afinal para reforçar a sua “legitimidade”, na medida em que realça a “força bruta do opressor”.

Em seguida, é preciso perceber que, se um certo tipo de inimigo pode pôr em prática modalidades de actuação que tornam parcialmente ineficaz o uso da força militar nos moldes tradicionais, há que conceber modalidades de acção baseadas na utilização caso a caso dessa força (*discriminate force* ou *força adequada*) e pôr ao seu serviço um novo instrumento militar, capaz de alcançar os objectivos da política e de reduzir, em simultâneo, a destruição e a morte no campo de batalha a mínimos absolutos, mesmo quando enfrenta ameaças de matriz mal conhecida. Mas que não haja equívocos: “força adequada não significa obrigatoriamente diminuição da letalidade ou deficiente comunicação da nossa determinação ao inimigo. Embora teoricamente pareça sempre preferível causar-lhe

11 Para uma informação mais completa, consultar www.csis.org/features/Iraq_ConflictTerm.pdf.

apenas incapacidade temporária, a aplicação da letalidade máxima pode revelar-se, em certos casos, absolutamente necessária. O conceito de aplicação da força adequada implica uma combinação variável de intensidade, precisão e efeitos, que seja simultaneamente versátil, dinâmica e compatível com os objectivos da campanha nos níveis tático, operacional e estratégico”¹².

A aplicação da força adequada é um preceito que contraria em absoluto a “Lei da ascensão aos extremos” de Clausewitz e que requer ajustamentos sensíveis na forma como políticos e militares têm encarado até hoje os respectivos papéis na sua relação com o campo de batalha. Só assim será possível criar, nos planos militar, económico e diplomático, sinergias mais potentes do que as conseguidas com a divisão tradicional das tarefas entre civis e militares. Tanto uns como outros têm de perceber que o conceito de vitória militar passou a ter uma importante conotação política e que, por força dela, a liderança política tem de acompanhar as movimentações no terreno de uma forma mais íntima e permanente, se bem que controlada, evitando descer a patamares onde a sua “intromissão” possa afectar a coerência global das campanhas. Se os avanços nas tecnologias da informação permitem aos governantes aproximar-se do campo de batalha num grau até aqui impensável e que lhes abre as portas ao controlo e à coordenação, sem intermediários, das forças empenhadas, é absolutamente indispensável impedir que essas interferências se façam sem sentido de responsabilidade e sem respeito por limites legal e tecnicamente consistentes. Não estando em causa a legitimidade democrática dos Governos para fixar os objectivos da guerra e supervisionar a respectiva conduta, já se duvida de que a sua intromissão nos planos doutrinal ou das táticas de combate possa constituir uma acção pertinente.

O recurso a Forças Armadas diferentes das tradicionais era inevitável, uma vez que estes campos de batalha são dificilmente utilizáveis por unidades militares de perfil clássico. Experiências recentes, como as duas Guerras do Golfo, das Malvinas/Falkland e do Afeganistão, reforçam o apelo implícito ao empenhamento de unidades de tropas especiais¹³. Em todas elas, o papel destas forças foi notável, tendo levado a cabo missões

12 LEVITE, Ariel E. e SHERWOOD-RANDALL, Elizabeth, «The Case for Discriminate Force», London, Te International Institute for Strategic Studies, *Survival*, vol. 44, n.º 4, Winter 2002-03, p. 82.

13 As forças especiais foram concebidas para executar “operações não convencionais”, em especial atrás das linhas inimigas. Golpes de mão contra quartéis gerais, comandos e linhas de comunicações, demolições de pontes e viadutos, inactivação de chefes militares e civis de topo, identificação e/ou sinalização de objectivos e aquisição de informações sobre posições e instalações inimigas, são algumas das missões típicas das forças especiais. Os objectivos finais das campanhas militares dependem tão fortemente do sucesso destas acções, que as Forças Especiais começaram a ser designadas pelos especialistas como “multiplicadores de força”.

de recolha de informações, de percepção do campo de batalha e de inactivação de meios e objectivos inimigos, com uma importância decisiva no desenlace dos conflitos citados. O processo de adaptação é já visível no espaço euroatlântico, onde alguns países adoptaram organizações, doutrinas, tácticas e equipamentos não convencionais, que permitem às Forças Armadas – continuando naturalmente preparadas para as guerras de matriz convencional – actuar na área mal conhecida das operações «others than war», onde os combatentes são confrontados com um *continuum* de violência que vai do nível mais incipiente até à brutalidade mais contumaz. E não devem subsistir quaisquer equívocos a respeito deste tipo de conflitualidade: os ambientes incaracterísticos das referidas operações, cujos elementos dominantes são a violência armada desordenada e o caos social, têm potencial para engendrar problemas porventura mais difíceis de dominar do que os tradicionais.

No plano legal, convém reter o conteúdo do artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, segundo o qual o recurso à força militar por parte dos países só se justifica em situações de legítima defesa contra uma agressão perpetrada por potência estrangeira. Uma interpretação rigorosa deste quadro faz com que tanto o *ataque preemptivo* como o *ataque preventivo* tenham de ser considerados ilegais. Outras interpretações, como aquelas com as quais os israelitas procuraram legitimar o bombardeamento aéreo da central nuclear iraquiana de Osirak, em 1981, não têm obtido acolhimento no Conselho de Segurança e não podem, portanto, constituir norma de actuação. Todavia, alguns politólogos insistem em que, na ausência de uma base de legitimação reconhecida, como seria uma Resolução das Nações Unidas ou de outra Organização internacional, e configurando-se uma ameaça imediata à segurança dum Estado, este deve poder exercer esse direito. Michael Walzer, conhecido teórico da “guerra justa”, afirma que mesmo as acções preventivas mais controversas, “como o assassinio de líderes dos movimentos radicais que incentivam a prática de atentados suicidas, não são inerentemente imorais; a moralidade das acções militares deriva de se executarem sobre alvos legítimos e de com isso se impedir o assassinato de muitas pessoas inocentes”¹⁴. E sabendo-se que existe na comunidade internacional a consciência dum nexo crescente entre o terrorismo transnacional e as armas de destruição maciça, não pode estranhar-se que, sempre que um qualquer Estado “pária” insista em produzir materiais que podem ser utilizados nas referidas armas, os potenciais alvos sintam a tentação de recorrer a acções preemptivas.

14 Cit. LEVITE, Ariel E. e SHERWOOD-RANDALL, Elizabeth, «The Case for Discriminate Force», London, Te International Institute for Strategic Studies, *Survival*, vol. 44, n.º 4, Winter 2002-03, p. 90.

O certo é que uma boa parte da comunidade estratégica considera consistente com os princípios e normas do relacionamento internacional que se não rejeite, à *outrance*, o recurso ao ataque preemptivo, mantendo-se todavia válido o princípio de cotejar cuidadosa e previamente os benefícios esperados com os efeitos adversos que este tipo de acção sempre provoca nos alvos¹⁵. Mas não faltam argumentos contra o “abaixamento” do patamar da intervenção militar sem o beneplácito da comunidade das nações, de uma forma que acaba por incentivar o recurso ao conflito armado internacional e, em consequência, por pôr em perigo a paz e a segurança de todos.

Cabe aqui recomendar uma acção diplomática consistente e estreitamente coordenada, a desenvolver em vários níveis e destinada a retirar ao terrorismo qualquer hipótese de legitimidade. Joseph Nye fala mesmo de uma verdadeira campanha destinada a demonstrar que “o terror é uma ameaça aos direitos humanos mais básicos e constitui uma forma ilegítima de luta”¹⁶. Para começar, nas Nações Unidas e noutras Organizações Internacionais. Mas também através de pressões sobre os países e as organizações não-governamentais suspeitos de apoiar o terrorismo, as quais podem revelar-se um instrumento muito útil no combate contra os fundamentalismos de variada inspiração que se apoiam numa rede de cumplicidades internacionais para atacar os fundamentos materiais e os valores morais do Ocidente. Estas acções, para além da preocupação em deixar claro que o combate não é contra o islão, mas apenas contra os extremistas, teriam como contrapartida uma política da assistência ao desenvolvimento dos países mais carenciados. Se bem que se mantenha a controvérsia a respeito da real eficácia das políticas de apoio aos países pobres, sobretudo porque uma boa parte do terrorismo se alimenta das classes média e alta, elas têm pelo menos a vantagem “de retirar aos mentores do terrorismo argumentos sustentados no desprezo que os ricos teriam pelos mais pobres”¹⁷.

No domínio das novas tecnologias e em especial no que respeita aos armamentos de alta precisão, é preciso tirar as devidas conclusões do facto de, nalguns dos novos cenários de actuação, a sua utilidade poder ser marginal, tudo devendo ser feito para integrar os

15 Não se considera aqui o ataque preventivo, isto é, a acção tomada antes de o agressor reunir todos os elementos necessários ao desencadeamento da agressão, por ser de justificação muito mais difícil do que a acção preemptiva.

16 NYE, jr., Joseph S., «A North American Perspective», in NYE, jr., Joseph S., SATOH, Yukio e WILKINSON, Paul, *Adressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, May 2003, p. 28.

17 WILKINSON, Paul, «A European Viewpoint on Terrorism », in NYE, jr., Joseph S., SATOH, Yukio e WILKINSON, Paul, *Adressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, May 2003, p. 14.

referidos instrumentos em estratégias inovadoras, para as quais é preciso também preparar, em novos moldes, as unidades combatentes. É urgente conceber armamentos e táticas de actuação que permitam cumprir em simultâneo dois imperativos nem sempre conciliáveis: assegurar a vitória contra formações inimigas que deliberadamente se misturam com as populações e, em simultâneo, reduzir as baixas em combate. A II Guerra do Golfo foi pródiga em esboços do que poderão ser as modalidades de acção nos campos de batalha do futuro: “Eles (o inimigo) procuram a todo o transe ocultar as linhas que separam os combatentes do resto da população e, para tal, não hesitam em instalar forças em bairros residenciais, hospitais, escolas e igrejas. O recurso aos escudos humanos torna muito difícil a sua detecção. E, quando esta é conseguida e as suas posições atacadas, podem sempre protestar junto da opinião pública contra o ‘uso indiscriminado do poder militar’”¹⁸.

Terá de se encontrar algo radicalmente novo. Por um lado, no sentido do desenvolvimento das capacidades não letais de novos armamentos, com os quais se produzam efeitos menos danosos para as pessoas e para os equipamentos; por outro, bem mais complicado, na concepção de táticas de combate que permitam abordar de forma inovadora grandes concentrações urbanas densamente ocupadas por formações de tropas. Recebeu-se que esta opção viesse a constituir o maior desafio da coligação anglo-americana durante a II Guerra do Golfo, sobretudo nos perímetros urbanos de Bagdad e Tikrit. Tal não se verificou, desconhecendo-se até hoje as razões pelas quais a Guarda Republicana não o fez. Mas a resistência tenaz de pequenas bolsas de voluntários árabes e de membros das milícias Baas no interior de alguns núcleos urbanos e particularmente em Bassorá, proporcionou uma amostra do que pode ser um combate de rua bem preparado e executado por combatentes determinados, para não falar das dificuldades que resultarão do recurso a expedientes como a utilização de vestuário civil ou a simulação de rendições pelas forças inimigas.

Não tendo sido possível até hoje, por falta de elementos consistentes, identificar ou conceber um quadro teórico que permita compreender de forma satisfatória a tipologia destas operações, as democracias liberais têm dificuldade em conciliar um conjunto crescente de constrangimentos legais e morais com aquilo que se vai conhecendo sobre as novas modalidades de combate em ambiente urbano. Este repto ultrapassa claramente o domínio da simples geometria, de tal forma que alguns autores anglo-saxónicos começam

18 LEVITE, Ariel E. e SHERWOOD-RANDALL, Elizabeth, «The Case for Discriminate Force», London, Te International Institute for Strategic Studies, *Survival*, vol. 44, n.º 4, Winter 2002-03, p. 85.

a falar de *battlespace*¹⁹ em vez de *battlefield*. Se bem que os níveis tático e operacional mantenham a sua importância, a relevância geopolítica do factor urbano exige uma atenção especial a questões como a gestão de calamidades, o controlo policial, a sociologia urbana e outras, que não pertencem ao domínio da segurança e defesa²⁰.

No que se refere especificamente às novas tácticas de combate, pode falar-se de uma solução interessante, expressivamente condensada pelo coronel israelita Gal Hirsch na fórmula “transformar o dinossauro num enxame de vespas”, isto é, transformar os dispositivos militares tradicionais, pesados e pouco ágeis, num instrumento capaz de atacar, ao mesmo tempo, de todas as direcções. Para este especialista, a “urbanização da guerra” por parte dum inimigo que não respeita padrões de comportamento, que se mistura por todos os meios com as populações e que se movimenta num contexto altamente descentralizado que lhe permite explorar ao máximo as potencialidades do conflito assimétrico, exige das Forças Armadas uma preocupação especial com três factores: a obtenção de informações que permitam a designação de objectivos credíveis em tempo oportuno; a capacidade de assegurar a eficácia e o *momentum* da força militar numa altura em que ela se encontra particularmente vulnerável; e a ultrapassagem dos dilemas morais criados pela novas modalidades de conflito²¹.

No plano operacional, a actividade deve assentar nos seguintes requisitos fundamentais²²:

- Criação de um aparelho militar capaz de funcionar sob configurações diversas, apto a atacar simultaneamente de várias direcções “como um enxame de vespas”, especializado em guerra psicológica, mentalizado para as peculiaridades dos conflitos não convencionais, com grande aptidão para a recolha e tratamento de informações relevantes e suficientemente flexível para se adaptar às movimentações insidiosas e largamente inéditas da guerra assimétrica.

19 Embora não se possa falar de um conceito universalmente aceite, o “espaço de combate” corresponde à tradicional visão tridimensional (terra, mar e ar) do campo de batalha, que se deixa crescentemente influenciar pelas dimensões operacionais de tempo, ritmo, profundidade e sincronização.

20 DORMAN, Andrew, Smith, Mike e Uttley, Matthew (edit.), *The Changing Face of Military Power. Joint Warfare in an Expeditionary Era*, Houndmills e New York, Palgrave, 2002, p. 76.

21 Entre muitas outras questões, é preciso ter presente que a resposta das sociedades ao terrorismo pode implicar a redução da privacidade no quotidiano das pessoas, a intrusão do “big brother” na esfera íntima dos cidadãos. É porque esse preço pode vir a ter de ser pago, compete aos responsáveis políticos sensibilizar responsavelmente os cidadãos para o assunto.

22 HIRSCH, Gal, «On Dinosaurs and Hornets – a Critical View on Operational Moulds in Asymmetric Conflicts», London, *RUSI Journal*, August 2003, pp. 62-63.

- Ligação em rede de todos os segmentos empenhados em cada acção, por forma a criar rapidamente uma imagem do campo de batalha comum a todos eles, que permita transferir rapidamente informação relevante e realocar efectivos e equipamentos.
- Obtenção de informação que permita atacar os elementos essenciais da “infraestrutura do terror”. Localizar e destruir laboratórios de explosivos, instalações de apoio logístico ou esconderijos é muito importante; mas trata-se de recursos que podem ser rapidamente substituídos. O elemento humano que concebe e executa as operações, pelo contrário, não é facilmente substituível.

Outra importante preocupação tem a ver com a necessidade de vencer a “guerra das imagens”. Numa época em que as imagens transmitidas directamente das frentes de batalha podem ser mais decisivas para o sucesso das campanhas do que as movimentações tácticas, visto que, em muitos casos, a eficácia militar passou a ser avaliada mais pelas percepções que se formam na opinião pública do que por aquilo que efectivamente ocorre no terreno, o problema não pode ser descurado. Há dez anos, já Douglas Hurd avisava que “o debate público não se estabelece em função dos acontecimentos mas sim em função da cobertura que os *media* fazem dos acontecimentos”. Hoje, Philip Taylor prefere falar de “gestão da percepção”, um conceito criado nas escolas de MBA e segundo o qual tudo, inclusive a guerra, pode ser objecto de campanha publicitária e vendido como qualquer produto comercial²³.

Na II Guerra do Golfo, 2500 jornalistas equipados com telefones-satélite, mini câmaras e computadores portáteis, forneceram à opinião pública – global e não doméstica, anote-se – um manancial de informações ininterrupto. Centenas deles, incrustados nas unidades de primeira linha, puderam captar e transmitir, em cima da hora, através de centenas de canais, imagens nunca antes vistas nos ecrãs de televisão. Se não se lembrar aos telespectadores que aquilo que vêem são apenas “imagens duma imagem”, corre-se o risco de que a população tome a parte pelo todo, formando juízos completamente desfasados da realidade. Para lá do impacte mediático, há que entender que tudo se resume a um mero instantâneo dum determinado momento dum único local do campo de batalha: “a guerra vista através dum buraco de chave”. Uma situação retratada desta forma por um jornalista americano²⁴:

23 Cit. SAMBROOK, Richard, «Military and the Media», London, *RUSI Journal*, August 2003, p. 44.

24 Cit. SAMBROOK, Richard, «Military and the Media», London, *RUSI Journal*, August 2003, p. 42.

É como se você fosse o segundo cão da fila que puxa o tremó. Você tem uma visão bastante completa do cão que segue à sua frente, mas vê muito pouco do que se passa à esquerda e à direita. Se você detectar um acontecimento interessante a um dos lados, pode abandonar a equipa e investigar; mas se o fizer, arrisca-se a perder o lugar na fila.

Muito para lá das divergências pontuais entre jornalistas e militares, que hão-de subsistir enquanto os últimos considerarem que não se pode pôr em risco a segurança das operações e os primeiros pensarem que têm o direito de noticiar tudo, a verdade é que uns e outros se tornaram, como nunca antes, mutuamente dependentes: os jornalistas precisam de ter acesso à informação – uma coisa que só os militares podem facultar-lhe – e estes precisam dos jornalistas para comunicarem com a opinião pública global. Richard Sambrook põe-nos de sobreaviso a respeito do evoluir dessa interdependência. Em sua opinião, os militares e os jornalistas, pressionados a cada dia que passa por imperativos largamente divergentes, virão inevitavelmente a ter no futuro maiores dificuldades em compatibilizar os seus interesses no campo de batalha.

Finalmente, é preciso encontrar uma saída coerente para o impasse gerado pela aversão às baixas em combate. É provável que, na maioria dos conflitos armados em que intervenham as Forças Armadas do “ocidente”, a “décalage” tecnológica entre elas e os opositores assegure o sucesso militar. Contudo, se o inimigo dispuser dum razoável potencial militar e estiver disposto a lutar até ao limite das suas capacidades, o desequilíbrio dos poderes relativos atenuar-se-á. A parte mais fraca, quando se vir confrontada com um poder militar desmesurado, tentará subtrair-se às regras dum jogo em que a sua derrota está anunciada, optando por acções que lhe permitam explorar vulnerabilidades do adversário em domínios militares e não militares²⁵. Em consequência, as baixas – as nossas mas também as do inimigo e as das populações – podem vir a ultrapassar as expectativas das comunidades ocidentais, “legitimando” manifestações de desagrado por parte duma opinião pública que tarda em assimilar o alcance da missão que comete, em regime de exclusividade, às suas Forças Armadas: a *administração da violência armada legítima*. Enquanto assim for, ter-se-á de averiguar o que é mais adequado ao interesse das sociedades

25 Foi isso que se viu em Beirute e em Mogadíscio e se está vendo em diversas localidades iraquianas confrontadas com o imenso poder militar da coligação anglo-americana. Não só a guerrilha urbana se confirmou como parte essencial do arsenal tático nos conflitos assimétricos, como se revelaram outras modalidades de acção, algumas delas absolutamente inesperadas, tais como a utilização de roupas femininas por combatentes, o recurso a ataques suicidas – nos quais, diferentemente do que acontecia com os Kamikaze japoneses da II G.G., a constatação de que se trata de elementos hostis só é possível “em cima da hora” – ou a simulação de situações de rendição.

demoliberais: o predomínio da tradicional «ideologia operacional» do militar ou a preponderância duma «ideologia civilista», desenhada em função dum novo quadro de missões e suportada em aptidões sobretudo técnicas e administrativas.

Traduzindo, no essencial, uma indecisão de natureza política, a aversão às baixas em combate não deixará de produzir sequelas na operacionalidade das forças militares e na disponibilidade dos aliados, ao mesmo tempo que robustecerá a determinação dos inimigos. Pode compreender-se a preocupação dos responsáveis, mas tem de se perceber que essa preocupação tem limites. Ninguém pode ficar indiferente perante a situação testemunhada por Charles Moskos quando, no final dos anos 90, foi à Bósnia perguntar aos comandantes militares americanos qual era a sua missão e recebeu, do escalão mais baixo até ao comandante chefe, uma única resposta, embora nem sempre claramente explicitada: “não ter baixas”. E há perguntas que não podem deixar de ser feitas: que rendimento operacional pode esperar-se dum combatente que tem conhecimento desta situação?; que influência tem esta directiva sobre o moral das nossas tropas e sobre o moral das tropas inimigas?; que motivação tem o soldado para cumprir eventuais missões de combate?; espera-se que o inimigo se submeta voluntariamente aos nossos desígnios?; se as forças militares estão destinadas a preocupar-se mais com a sobrevivência física do que com o cumprimento das missões de combate, faz algum sentido gastar tempo, dinheiro e capacidades no seu aprontamento?

A expressão “síndrome do Vietname” consubstancia os sentimentos de angústia e perplexidade que varreram os EUA, na altura em que foram confrontados com uma derrota inesperada. Hoje, tem-se a percepção de que não foi só nos EUA, mas em todas as sociedades ocidentais e nas suas Forças Armadas, que a Guerra do Vietname deixou sequelas da maior relevância²⁶, a principal das quais será porventura a dificuldade em encontrar um sentido para a morte dos combatentes destacados para as “guerras pós-heróicas”. Na transição para o século XXI, a vontade de preservar a vida dos soldados – não só a dos “nossos”, mas também a dos outros –, passou a condicionar a estratégia dos países e as modalidades de emprego das Forças Armadas, constituindo preocupação central dum escalão político prisioneiro das contas que tem de prestar à opinião pública.

É absolutamente indispensável compreender que a preocupação da sociedade com a morte dos seus soldados, sendo legítima e desejável, e podendo dar um contributo significativo para a redução das baixas em combate, não tem, em contrapartida, qualquer

26 REID, Brian Holden, «The Influence of the Vietnam Syndrome on the Writing of Civil War History», London, *RUSI Journal* vol. 147, n.º 1, February 2002, pp. 44-45.

hipótese de aumentar a probabilidade de vitória das nossas tropas. E não pode estranhar-se que a relutância em sofrer baixas acabe por se instalar no espírito dos próprios militares, desencadeando um processo de degradação progressiva da disponibilidade para combater, de todo incompatível com a missão primária das Forças Armadas. Antes que tal aconteça, seria bom encontrar uma resposta consistente para a inquietante pergunta do general Philippe Morillon, antigo comandante das Forças de Protecção das N. U. na Bósnia: “como podem os soldados estar prontos para matar, se não estiverem prontos para morrer?”

Bibliografia

BOOT, Max, «The New American Way of War», *Foreign Affairs*, July/August 2003, vol. 82, n.º 4, pp. 41-58.

BUNN, M. Elaine, “Preemptive Action: When, How, and to What Effect?”, Institute for National Strategic Studies, *Strategic Forum*, n.º 200, July 2003.

CRONIN, Audrey Kurth, “Rethinking Sovereignty: American Strategy in the Age of Terrorism”, London, *Survival*, vol. 44, n.º 2, Summer 2002, pp. 119-139.

DORMAN, Andrew, Smith, Mike e Uttley, Matthew (edit.), *The Changing Face of Military Power. Joint Warfare in an Expeditionary Era*, Houndmills e New York, Palgrave, 2002.

FINLAN, Alastair, «British Special Forces and the Falkland Conflict: Twenty Years On», London, *Defense & Security Analysis*, Vol. 18, n.º 4, December 2002, pp. 319-332.

HIRSCH, Gal, «On Dinosaurs and Hornets – a Critical View on Operational Moulds in Asymmetric Conflicts», London, *RUSI Journal*, August 2003, pp. 60-63.

LEECH, John, *Asymmetries of Conflict – War Without Death*, London e Portland, Frank Cass, 2002.

LEVITE, Ariel E. e SHERWOOD-RANDALL, Elizabeth, «The Case for Discriminate Force», London, The International Institute for Strategic Studies, *Survival*, vol. 44, n.º 4, Winter 2002-03, pp. 81-98.

NYE, jr., Joseph S., SATOH, Yukio e WILKINSON, Paul, *Addressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, May 2003.

RECORD, Jeffrey, «Collapsed Countries, Casualty Dread, and the New American Way of War», Washington D.C., *Parameters*, Vol. XXXII, n.º 2, Summer 2002, pp. 4-23.

REID, Brian Holden, «The Influence of the Vietnam Syndrome on the Writing of Civil War History», London, *RUSI Journal* vol. 147, n.º 1, February 2002, pp. 44-52.

RIVKIN, Jr., David B. e CASEY, Lee A., «Leashing the Dogs of War», Washington D.C., *The National Interest*, Fall 2003, pp. 57-69.

ROBERTS, Adam, «Counter-terrorism, Armed Force and the Laws of War», London, *Survival*, vol. 44, n.º 1, Spring 2002, pp. 7-32.

ROGEIRO, Nuno, “Je suis partout - The global violence network present NIT (new international terrorism) panorama: some notes for future research”, Lisboa, Instituto Internacional de Macau, *OrienteOccidente*, n.º 10, Janeiro/Abril de 2003.

SAMBROOK, Richard, «Military and the Media», London, *RUSI Journal*, August 2003, pp. 40-45.

SMITH, Paul J., «Transnational Security Threats and State Survival: A Role for the Military?», Washington D.C., *Parameters*, Vol. XXX, N.º 3, Autumn 2000, pp. 77-91.

VVAA, «Twenty Years On: The Falkland War in Perspective», London, *RUSI Journal*, vol. 147, n.º 3, pp. 64-75.